



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006596-46.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA**
 Requerido: **MAYCON ANTONIO JULIO DE CAMARGO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO, mantenedora do Centro Universitário de Araraquara, propõe ação de cobrança contra MAYCON ANTONIO JULIO DE CAMARGO, cobrando-lhe anuidade referente à prestação de serviços educacionais.

O réu foi citado e não contestou.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, II c/c art. 320 do CPC, uma vez que a revelia, por firmar presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, torna desnecessária a produção de outras provas.

A presunção de veracidade, ademais, resta corroborada pelos documentos que instruem a inicial, demonstrando a celebração do contrato de prestação de serviços educacionais entre as partes, assim como a efetiva disponibilização do serviço, pela autora, ao réu.

Como consequência, em razão do inadimplemento está a autora autorizada a cobrar do réu o montante devido, em conformidade com a tabela de fls. 32.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO o réu a pagar à autora R\$ 1.706,87, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde 07/02/2014 (cálculo de fls. 32); CONDENO-O, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

O réu reputa-se intimado(a) desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: “contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório”.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**